

# Tudo pode ser demais

REINO UNIDO | O país que inventou a liberdade de imprensa busca formas de conter seus abusos

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA

**P**OR OBRA DE pensadores como John Locke, David Hume, Adam Smith e Stuart Mill, o Reino Unido é a pátria tanto do liberalismo econômico quanto do liberalismo ético, aos quais tem sido razoavelmente fiel desde a chamada Revolução Gloriosa de 1688. A abolição da exigência de licenciamento dos jornais em 1694 e a derrubada gradual de outras restrições a partir do século XVIII inspiraram os revolucionários franceses e serviram de modelo à liberdade de imprensa. É especialmente significativo que, em 2012, esse país conclua pela necessidade de uma regulamentação mais restritiva da mídia.

**As condições** da comunicação no século XXI, dominada por monopólios e oligopólios internacionais de mídia, são completamente diferentes das que vigoravam do século XVIII ao início do século XX, quando dezenas de jornais e revistas ofereciam uma pluralidade real de pontos de vista em cada capital ou região. Apesar de a maioria deles sempre ter representado os interesses de diferentes facções das elites políticas, econômicas e religiosas, sindicatos e outros grupos contestadores mantinham publicações viáveis, sustentadas por um público fiel e por pequenos anunciantes.

Hoje, uma fatia desproporcional dos jornais, emissoras, tevês e sites pertence às mesmas empresas e sua receita depende da publicidade de um punhado de grupos econômicos de porte equivalente ou maior, com a mesma identidade política e ideológica. Hostis a tudo que

não sejam os interesses da ultraelite, apegam-se a um pensamento único e fecham-se a alternativas mesmo quando provêm dos círculos científicos e intelectuais mais respeitáveis. Abusam cada vez mais de seu monopólio e de suas conexões com o poder político e financeiro para ridicularizar ideias contrárias, chantagear e perseguir desafetos, transformar minorias oprimidas em bodes expiatórios e violar a privacidade, as liberdades e os direitos de cidadãos que o liberalismo propõe garantir.

A exacerbação do liberalismo econômico a partir da era Thatcher pôs a perder o liberalismo ético. Durante esse governo, a News Corp. de Rupert Murdoch, australiano naturalizado estadunidense, comprou o secular *The Times* e fincou raízes nos Estados Unidos de Ronald Reagan, onde adquiriu a 20<sup>th</sup> Century Fox e criou a rede Fox. Hoje detém 37% dos jornais britânicos, 39% da maior rede de tevê paga (BSkyB) e

**As noções clássicas de liberdade de imprensa surgiram de uma realidade muito diferente dos atuais oligopólios**

**Caso exemplar.** Os grampos ilegais ilustraram os perigos do poder sem limites da mídia e exigiram uma reação à altura

uma das maiores editoras (HarperCollins) do país, além de uma presença esmagadora nos EUA e Austrália e tentáculos em outros países. Seus excessos desencadearam a antítese que pode levar o Reino Unido de precursor da liberdade de imprensa a pioneiro de sua regulamentação no Ocidente.

**Em 2007** foi preso o editor do jornal de maior circulação no país, o tabloide *News of the World*, do Grupo Murdoch, por grampear ilegalmente os telefones e e-mails de celebridades para obter manchetes sensacionalistas. Reportagens do rival *The Guardian* mostraram que esse não foi um caso isolado, mas uma prática sistemática do jornal que atingiu muito mais vítimas do que inicialmente se admitia (ao menos 829 tiveram seus telefones violados) e comprometeu muito mais pessoas ligadas ao Grupo Murdoch, incluindo sua executiva-chefe mundial Rebekah Brooks e Andy Coulson, assessor de imprensa do governo, ambos ex-diretores do jornal. Revelou-se como boa parte da Scotland Yard foi subornada pelo grupo para ignorar ou colaborar com as ações ilegais do jornal e depois para abafar o caso e retardar as investigações com aparente cumplicidade do primeiro-ministro conservador David Cameron, que, eleito com a assessoria de Coulson e o apoio de Murdoch, estava prestes a recompensar o grupo com o controle integral da BSkyB.

A gota d'água foi o caso de Milly Dowler, adolescente de 13 anos sequestrada e assassinada em 2002. Em 4 de julho de 2011, a polícia afirmou que o jornal, além de acessar o correio de voz da menina desaparecida, deletara parte

## OS PRINCIPAIS PONTOS DO RELATÓRIO

por Jane Martinson e Garry Blight (The Observer)

### Regulação da mídia

Justice Leveson não diz, como John Prescott, que "a autorregulamentação está condenada ao fracasso", mas bem poderia ter dito. Contra os desejos expressos de todos os jornais e muitos deputados conservadores, ele defende a primeira lei de imprensa desde o século XVII e situa a Ofcom, agência independente e autoridade de concorrência das telecomunicações no Reino Unido, como um "regulador de contenção". Leveson é claro: apenas uma nova lei alcançaria sua "visão de um sistema regulatório independente, voluntário e auto-organizado" para oferecer um "grau adequado de independência da indústria, juntamente com poderes satisfatórios para lidar com as queixas, promover e aplicar critérios e tratar da solução de disputas". Esse parágrafo causa dor de cabeça em David Cameron. Observa Leveson: "Inúmeras vezes [...] partes da imprensa agiram como se seu próprio código, que ela escreveu, simplesmente não existisse. Isso causou verdadeiras dificuldades e, em certas ocasiões, provocou o caos na vida de pessoas inocentes, cujos direitos e liberdades foram desprezados".

ILUSTRAÇÃO: MINIMORGAN (JOANES EISELE/AFP e CARL COURT/AFP)

**Crime e castigo.** A indignação pública forçou Murdoch a fechar seu carro-chefe

das mensagens ao encontrar a memória cheia, para abrir espaço a outras que pudessem ouvir, o que teria suprimido evidências e dado falsas esperanças de que Milly ainda vivia.

Comprovou-se mais tarde que, embora o jornal tivesse de fato hackeado o celular, a exclusão das mensagens fora automática. Mas o estrago estava feito. O escândalo tomou tais proporções que não bastaram a prisão de 86 envolvidos (incluindo Brooks, Coulson, dezenas de jornalistas dos grupos News Corp., Trinity Mirror e Express e ao menos 12 policiais), o inquérito parlamentar, o fechamento definitivo do jornal de 168 anos (logo após a debandada dos anunciantes) e a desistência da News Corp. do controle integral da BSkyB.

Em julho de 2011, Cameron precisou

autorizar um inquérito judicial, dirigido por sir Brian Leveson, *Lord Justice of Appeal* (análogo a ministro do STJ no Brasil), sobre a cultura, as práticas e a ética da mídia britânica em geral. Em 29 de novembro, depois de ouvir 337 testemunhas, o Relatório Leveson veio a público, com quase 2 mil páginas.

Na conclusão mais importante, o relatório apontou que a Comissão de Reclamações da Imprensa, o órgão existente de autorregulação voluntária do setor, é pior do que inútil. Formado por representantes da própria imprensa, não pode investigar abusos (apenas pedir informações) ou impor punições eficazes (só repreende jornalistas e editores, nos casos mais graves). É, na prática, um lobby para combater tentativas de regulamentar e punir o setor. Durante todo o

### Grampos telefônicos

Leveson reserva algumas de suas críticas mais ásperas para os que sugerem que os grampos telefônicos são uma compota de algumas maçãs podres do News of the World e outros tabloides. Ele "rejeita totalmente" a ideia e acrescenta que a prática "era muito mais que uma atividade secreta e encoberta, que ninguém conhecia além de um ou dois praticantes das 'artes obscuras'".

### Cultura da mídia

Os grampos telefônicos são simplesmente o pior aspecto de uma cultura jornalística criticada por Leveson. Entre os muitos exemplos citados pelo relator está o fato de que os editores de diversos jornais brincaram sobre quais reportagens provinham de grampos, em vez de fazer campanha sobre a "segurança frouxa que cerca as mensagens de

► caso *News of the World*, sua única manifestação foi para preender o *Guardian* por investigar o concorrente.

Leveson reconheceu, por outro lado, a importância da liberdade de imprensa ao assinalar que a própria seriedade dos crimes cometidos pelo Grupo Murdoch só veio à luz por causa da persistência de outro jornal na denúncia, quando a chefia da polícia de Londres simplesmente se recusava a reabrir o caso. Idem quanto aos abusos sexuais de antigos astros da BBC, divulgados graças à concorrente ITV.

**Mas insiste:** ainda que os abusos se restrinjam a alguns grupos (entretanto, dos mais importantes) e a maioria dos jornais não tenha participado deles, isso não justifica que o setor continue sem uma regulação eficaz. Assim como o fato de a maioria dos médicos (digamos) cumprir seu dever não significa que não deva haver mecanismos para supervisionar sua prática e punir eficazmente seus erros. Centenas ou milhares de cidadãos tiveram sua privacidade violada, ou tiveram sua reputação arruinada por denúncias falsas. Polícia, governo e Parlamento foram corrompidos ou ameaçados pela imprensa. “Nós nos acovardamos”, admitiu lord Mandelson, ex-ministro de Tony Blair, ao explicar por que, após a morte trágica da princesa Diana, seu governo cortejou a mídia em vez de enfrentar seus abusos. “Os políticos ficaram mais vulneráveis na medida em que abrem sua privacidade para dar uma ‘visão autêntica’ de si ao público, uma necessidade numa época de personalização da política, e assim arriscam convidar a intrusões adicionais com o pretexto de ‘expor sua hipocrisia’”, nota o relatório.

Leveson rejeitou a sugestão de integrantes da Comissão de Reclamações da Imprensa por uma reforma que desse mais recursos e autoridade ao órgão. Sem que isso se explicitasse, significaria, na prática, dar mais poder a empresas que já abusam dele, incluindo o de investigar e multar jornalistas e publicações que, como o *Guardian*, desafiam o pacto de *omertà*.

Em vez disso, o juiz julga indispensável uma nova agência formada por pessoas independentes da mídia, do go-

verno e do Parlamento (embora inclua ex-editores e outras pessoas experientes no setor), com autonomia e poderes para fazer inquéritos e obrigar jornais a pagar multas e a publicar correções e pedidos de desculpas. Sugere que a aceitação da supervisão da agência seja “voluntária”, mas incentivada por um sistema de arbitragem de conflitos que reduzisse os custos das demandas, ao passo que os não participantes correriam o risco de pesadas indenizações “punitivas” e de pagar todos os custos de processos por difamação ou violação de privacidade (mesmo que os vençam). O órgão deve incluir um canal eficaz para denúncias de jornalistas sobre excessos cometidos em seus veículos e exigir que os contratos de trabalho dos profissionais especifiquem a condição de que nenhum jornalista seja punido por se recusar a agir contra o código de ética da profissão.

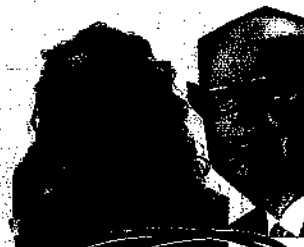
Também assinala a necessidade de meios para garantir a pluralidade da mídia, pois o governo britânico tem poderes para bloquear fusões e aquisições que criem monopólios, mas não para prevenir uma concentração gradual. Não faz, porém, recomendações definidas a respeito.

Propõe ainda restringir a liberação pelo governo de dados sobre cidadãos para jornalistas, aumentar as indenizações por calúnia e invasão de privacidade, exigir dos integrantes do governo e líderes dos partidos que publiquem todos os seus encontros com jornalistas e que a polícia tenha regras claras e estritas sobre quem pode dar informações à mídia e em que condições, classificando-as como “não publicáveis”, “embargadas” (com hora e data para liberação) ou livres. Vale notar que isso exclui o *off the record*, informações publicáveis, mas anônimas, que, segundo o *Guardian*, foram indispensáveis para expor o próprio escândalo da *News Corp.*, uma vez que os policiais temiam represálias e perseguições.

O relatório insiste em que sua proposta é de “autorregulação” e não “regulamentação legal”. A agência reguladora teria sua independência reconhecida por uma comissão nomeada pela Secretaria de Comunicações e validada por lei, mas seria criada e financiada pela imprensa e o governo não poderia prevenir



**Brian Leveson**  
Chamado pelo governo a inquirir os excessos da imprensa, apresentou uma proposta de regulação independente



**Brooks e Murdoch**  
Representam uma imprensa que ainda resiste a qualquer regulamentação e tentará esvaziar a autonomia da agência reguladora

## A reação dos jornais de Murdoch ao inquérito foi feroz. A ponto de comparar o juiz a Putin, Robert Mugabe e Bashar al-Assad

**Paradoxo.** Uma agência eficaz pode surgir de um governo e uma imprensa que não a desejam?



**David Cameron**  
Relatou, mas teve de ouvir  
Leveson e pressionar a  
imprensa a implantar  
controles antes que sejam  
impostos por lei

ILUSTRAÇÃO: MIMICROGAN (DAN KITWOOD/AFP, ANDREW COWIE/AFP, NOAH BERGER/AFP e ANDREW CONNELL/AFP)

ou obrigar a publicação de qualquer material. Só se os veículos falhassem em “aceitar o desafio” o governo, por meio da Secretaria de Comunicações, assumiria o papel de regulador “tampão”.

Não foi assim que entendeu *The Sun*, um dos jornais de Murdoch, que publicou um anúncio de página inteira com os retratos de Vladimir Putin, Robert Mugabe e Bashar al-Assad e a pergunta: “Essas pessoas acreditam em controle estatal da imprensa. E você?”, comparando-os ao juiz Leveson. Não ouviu as vozes da rua: 80% dos britânicos, conforme pesquisas, apoiam regulamentar a mídia e combater seus excessos.

Nos Estados Unidos, o *Wall Street Journal*, do mesmo grupo investigado e condenado por crimes jornalísticos, chamou a proposta de “autorregulação”

\*  
“telefone celular” ou de fato procurar a polícia para denunciar o comportamento ilegal. “Com frequência houve falhas graves e incorretas em partes da imprensa nacional que podem ter se estendido do criminoso ao indefensavelmente antiético, de publicar ficção como se fosse fato a desdenhar da precisão.... Ao fazê-lo, longe de ter o poder de explicar, nesse sentido a imprensa exerce um poder inexplicável, que ninguém pode responsabilizar.” Entre os resultados desse comportamento terrível estava a “priorização inconsequente [de] reportagens sensacionalistas”, independentemente do prejuízo que possam causar, e uma persistência que, embora considerada uma “virtude” pelo setor, tornou-se o “vício” do assédio. Apesar de dizer que “a imprensa britânica serve ao público muito bem na maioria das vezes”, Leveson deixa claro sobre os problemas identificados que é “improvável que sejam eliminados pelo autocontrole”.

### Rupert Murdoch

As atuais investigações criminais sobre os grampos telefônicos significam que Leveson admite “decepcionar” os que querem uma avaliação em plena escala da carreira do dono da News Corporation, de 81 anos. O poder de um dos maiores donos de mídia do mundo lhe dá, porém, o ar de uma espécie de Rei Sol (sem intenção de trocadilho com *The Sun*) que não precisa expressar suas opiniões a editores e primeiros-ministros para dar suas ordens. Cuidadosamente, Leveson sugere que a falta de regulação é em parte culpada pelo fato de “os interesses de políticos estarem altamente alinhados com os de Murdoch”. Ele chama a atenção para a capacidade de Murdoch de pedir reuniões “cara a cara”, como a de 1981 com Margaret Thatcher, que levou à sua aquisição do Times.

### Políticos e mídia

Leveson recusa-se a entrar em acusações políticas, mas sua visão dos danos causados à sociedade pela proximidade de uma série de líderes políticos com Rupert Murdoch é clara. Ele não faz um exame específico do acesso pela porta dos fundos a Downing Street de que desfruta o dono da News Corp., ou das cavalgadas e da amizade risonha desfrutada por Cameron e Rebekah Brooks, nem do

papel de padrinho conferido a Tony Blair. Mas é altamente crítico do “tipo particular de lobby fora do olhar público” realizado entre políticos importantes e a mídia. Ele dá algum alívio àqueles que temem que todos os almoços e contatos sociais possam ser proibidos ao dizer que o relacionamento entre a imprensa e Westminster “em uma base cotidiana (está) robusto, com boa saúde”. Defende, entretanto, a maior transparência em todos os encontros entre as partes.

### A polícia e os jornalistas

Escreve Leveson: “Não vi qualquer evidência de que a corrupção pela imprensa seja um problema generalizado na polícia”. Em vez disso, ele culpa a má tomada de decisões pelos fracassos em policiar a mídia e o tratamento ao público: “Não vi bases para contestar em qualquer etapa a integridade da polícia, ou a dos oficiais graduados envolvidos. Entretanto, o que está igualmente claro é que uma série de decisões frágeis, mal executadas, tudo se uniu para contribuir para a percepção que eu reconheci...” A percepção de que o relacionamento entre oficiais graduados da Polícia Metropolitana e a News International se tornara próximo demais, com uma “porta giratória” entre os dois, era “totalmente compreensível”. As atuais investigações criminais afetam a capacidade de Leveson de chegar a um veredicto total sobre a possível corrupção da polícia. Ele sugere que as regras existentes poderiam ser mais transparentes. Esforça-se, no entanto, para não culpar indivíduos e até elogia a polícia por sua ajuda durante o inquérito.

### Propriedade dos meios de comunicação

Leveson tem pouco a dizer sobre os 37% do mercado nacional de jornais controlados pela News International, que o líder trabalhista Ed Miliband, entre outros, afirmou que dá aos Murdoch “um poder desmesurado”. A dominação de certos grupos jornalísticos foi citada por várias testemunhas como um motivo de seu poder e controle dos políticos e da polícia. Leveson em geral se

voluntária contra a vontade e por outros” e “a pior ideia no calhamaço do juiz Leveson, mas nem de longe a única ruim”. Admitiu que “nem tudo que a imprensa britânica publica é de se admirar, uma parte é indesculpável. Mas a quem compete julgar é aos leitores, anunciantes e, quando as leis são violadas, aos tribunais”. Omitiu que o “indesculpável” se deve na maior parte à sua empresa. E que o oligopólio, a internacionalização e o compadrio com o poder econômico e político esvaziaram a tese do controle pelo mercado, que supõe uma pluralidade e uma concorrência que não mais existem.

Jornais liberais dos EUA mostraram o mesmo corporativismo: o editorial do *New York Times* considerou o relatório “equivocado, excessivo e perigoso às centenárias tradições britânicas de imprensa livre” e pediu à oposição britânica que fosse “conscienciosa” e se juntasse ao governo de David Cameron na rejeição às propostas.

**Mesmo assim**, os partidos Trabalhista e Liberal-Democrata apoiaram o relatório e o relutante David Cameron convocou os maiores jornais em 4 de dezembro e lhes pediu que implementassem as principais recomendações do relatório para evitar que sejam impostas por lei. “Poderão diluir as recomendações só um pouquinho”, advertiu Oliver Letwin, chefe de gabinete de Cameron. Segundo o editor do *Daily Telegraph*, “participaram 19 editores e representantes, nove altos funcionários, três ministros e o primeiro-ministro. Parecia a convocação das cinco famílias” (do filme *O Poderoso Chefão*). No dia seguinte, aceitaram 40 dos 47 pontos. Rejeitam que a agência seja amparada por lei e auditada pelo governo. Isso significaria que o código da imprensa e as diretrizes da nova entidade seriam ditados por jornais e editores sem participação de juristas e da sociedade, esvaziando o controle externo.

O juiz Leveson sugeriu, na prática, uma versão amenizada de leis adotadas na Venezuela, Equador, Bolívia e Argentina e propostas no Brasil. Quer supervisão e responsabilização das ações da imprensa, embora a ponha nas mãos de uma agência fundada no

próprio setor, o que implica as cumplidades que tais órgãos costumam ter lá e cá – basta pensar em bancos centrais e agências reguladoras de telefonia. Também aponta para o combate à concentração da mídia, apesar de considerar apenas os jornais e não especificar limites ao controle de meios de comunicação por um mesmo grupo, muito menos sugerir sua divisão em partes iguais entre os setores privado, estatal e comunitário, como alguns desses países.

É mais provável que a proposta peque por timidez do que por excesso, ao não discutir o conjunto da mídia, não questionar os fundamentos da sua concentração e não garantir espaço para meios não capitalistas. Se a prevalecer a exigência da mídia de que as diretrizes da agência sejam ditadas só por seus jornalistas e executivos, o impacto será ainda menor.

Ainda assim, tem o mérito de abrir o debate sobre uma noção de liberdade de empresa e mídia ainda tratada como dogma, apesar de as condições que outrora a justificaram terem há muito desaparecido. O fato de as propostas partirem de um bastião do liberalismo como o Reino Unido derruba o tradicional argumento de “censura ditatorial à imprensa livre” contra discussões análogas na América Latina, onde a concentração dos meios de comunicação é ainda maior e as regras ainda mais frouxas. ●



limita a admitir que a pluralidade, ou diversidade, de opinião e propriedade é geralmente uma coisa boa, especialmente nos meios de comunicação. Ele segue para concordar com a Ofcom, que sai deste relatório muito bem, em que a internet deve ser incluída nessa pluralidade.

## A internet

Ao rejeitar o argumento apresentado por muitos (não apenas do setor, mas também da academia) de que a internet é um modificador de jogo e que, portanto, as antigas leis não mais se aplicam, Leveson parece mais mal-humorado. Sua mensagem aparenta ser: se você quer ser tratado como o profissional sério e adulto que alega ser, comece a agir como um. A internet, em comparação, atua em um “vácuo ético” em que a falta de dinheiro ou peso impede o verdadeiro impacto e poder. Muitos blogueiros e sites da web são “valiosos e profissionais”, ele diz, mas “a internet não afirma operar segundo padrões éticos expressos, de modo que blogueiros e outros podem, se quiserem, agir com impunidade”. Para ser justo, a internet esteve oficialmente fora da remissão do inquérito. Mas Leveson rejeita o argumento do Sun, ao publicar imagens do príncipe Harry nu, de que elas estavam amplamente disponíveis online.



**Covardia.** Lord Mandelson admitiu que ele e Blair não se atreveram a desafiar a mídia